

A INFLUÊNCIA DE PAULO FREIRE EM PRÁTICAS POPULARES DE ARQUITETURA E URBANISMO (ST-12)

Flávia Massimetti

FAU-USP | flavia.massimetti@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: Este artigo é derivado da dissertação “Diálogo e Política: a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo”. Visando examinar como o pensamento crítico pedagógico de Paulo Freire orienta práticas populares em arquitetura e urbanismo, este estudo busca identificar as conexões entre esse campo e a educação popular pela perspectiva freiriana. A análise costurou a relação entre os conceitos centrais da obra de Freire, indicados a partir de levantamento bibliográfico, com práticas populares de oito profissionais que tiveram seus relatos documentados por entrevistas semiestruturadas. No desenvolvimento de práticas libertadoras, pautadas no diálogo, entende-se o papel de mediação crítica e política assumida por esses profissionais, destacando a dimensão política e social da produção do espaço numa leitura freiriana.

Palavras-chave: Arquitetura popular; Paulo Freire; Diálogo; Práxis; Assessoria Técnica.

THE INFLUENCE OF PAULO FREIRE IN POPULAR PRACTICES OF ARCHITECTURE AND URBANISM

Abstract: *This article is derived from the dissertation "Dialogue and Politics: the influence of Paulo Freire in the popular field of architecture and urbanism." Aiming to examine how Paulo Freire's critical pedagogical thought guides popular practices in architecture and urbanism, this study seeks to identify the connections between this field and popular education from a Freirean perspective. The analysis weaves together the central concepts of Freire's work, identified through a literature review, with the popular practices of eight professionals whose experiences were documented through semi-structured interviews. In the development of liberating practices based on dialogue, the role of critical and political mediation assumed by these professionals is understood, highlighting the political and social dimensions of space production from a Freirean perspective.*

Keywords: Popular architecture; Paulo Freire; Dialogue; Praxis; Technical assistance.

LA INFLUENCIA DE PAULO FREIRE EN PRÁCTICAS POPULARES DE ARQUITECTURA Y URBANISMO

Resumen: *Este artículo se deriva de la disertación "Diálogo y Política: la influencia de Paulo Freire en el campo popular de la arquitectura y el urbanismo". Con el objetivo de examinar cómo el pensamiento pedagógico crítico de Paulo Freire orienta prácticas populares en arquitectura y urbanismo, este estudio busca identificar las conexiones entre este campo y la educación popular desde la perspectiva freiriana. El análisis entrelazó la relación entre los conceptos centrales de la obra de Freire, indicados a partir de una revisión bibliográfica, con prácticas populares de ocho profesionales cuyos relatos fueron documentados mediante entrevistas semiestructuradas. En el desarrollo de prácticas liberadoras, basadas en el diálogo, se entiende el papel de mediación crítica y política asumido por estos profesionales, destacando la dimensión política y social de la producción del espacio desde una lectura freiriana.*

Palabras clave: Arquitectura popular; Paulo Freire; Diálogo; Praxis; Asistencia técnica.

INTRODUÇÃO

Este artigo é derivado da pesquisa de mestrado “Diálogo e Política: a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo”¹, sistematizando os principais resultados obtidos.

O caráter crítico e político do trabalho de Paulo Freire contribuiu para a construção de diferentes olhares sobre o campo da educação, ao mesmo tempo em que extrapolou os limites disciplinares e influenciou a prática em outros campos profissionais, como na saúde, no serviço técnico social e na arquitetura e urbanismo. Freire ensinou mais do que uma metodologia para educadores e educandos, apresentou uma forma diferente de lidar com as pessoas, enxergando e formando sujeitos capazes de assumir o protagonismo de suas histórias. Pelo diálogo, evidenciou como a educação popular e a prática social fomentam os processos de libertação e transformação da realidade.

Nesse sentido, compreende-se que a pesquisa desenvolvida contribui para a reflexão acerca de instrumentos sociotécnicos construídos em práticas populares de arquitetura e urbanismo, evidenciando seu caráter transdisciplinar.

Vale mencionar que a definição de *educação popular* adotada por esta pesquisa parte da leitura de Jara (2020), que a entende como fenômeno sociocultural que carrega uma concepção educativa, visando um modelo educativo transformador e emancipatório. Nessa perspectiva, a educação popular se compromete com os setores populares (oprimidos, explorados, discriminados e excluídos), reconhecendo seu papel como protagonistas dos processos de formação e de transformação social e cultural.

Pela vasta atuação de Freire, encontram-se diferentes abordagens e apropriações de sua obra. O interesse no trabalho do educador é justamente na potencialidade de politização e transformação presentes em sua práxis. Além das especificidades da pedagogia freiriana, a decisão de incorporar a literatura de outro campo disciplinar era ampliar as possibilidades de análise. Entende-se que apenas a arquitetura não é suficiente para explicar a complexidade da nossa realidade e discutir questões sistêmicas, como é o caso da moradia e produção do espaço. Na busca de uma leitura crítica da realidade, encontrou-se na educação popular outras ferramentas.

Dessa forma, o objetivo principal do trabalho é analisar a influência do pensamento crítico pedagógico freiriano na orientação de práticas populares de arquitetura e urbanismo, identificando as relações estabelecidas entre este campo e a educação popular. A pesquisa também se propõe a resgatar e documentar depoimentos sobre práticas populares, assim como analisar o papel social e político de profissionais da arquitetura e urbanismo atuantes em projetos populares.

A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O levantamento bibliográfico se divide em dois grandes blocos temáticos: educação popular - pela obra de Paulo Freire e autores correlatos - e práticas populares de arquitetura e

urbanismo - como projetos de urbanização de favelas, trabalhos de assessorias técnicas, ferramentas e processos participativos. As entrevistas formam a empiria da pesquisa construindo um mosaico de práticas, narradas pelos sujeitos que participaram e as vivenciaram. Assim, as entrevistas recuperam parte da história, muitas vezes fragmentada e não documentada.

A estrutura aqui apresentada reflete a divisão dos capítulos da pesquisa. A primeira seção apresenta e contextualiza Paulo Freire, destacando pontos de sua trajetória que relacionam Freire a questões espaciais. Também aborda a dimensão política e crítica de seu trabalho, fornecendo um referencial teórico para a análise seguinte. A segunda seção traz o debate para o campo da arquitetura e urbanismo, focando na empiria. A partir da atuação de diferentes profissionais, constrói-se um mosaico de experiências em projetos populares que se aproximam da práxis freiriana. A terceira seção costura os dois blocos temáticos anteriores. Identifica a influência de Freire na produção do espaço e debate as possibilidades e limites dessa atuação engajada.

Ainda na Introdução, são necessárias algumas considerações sobre o termo *popular* adotado neste trabalho, partindo da discussão de Freire e Faundez (1985). O conceito se constrói pela relação com a concepção de cultura, na oposição entre cultura nacional e cultura popular. Enquanto a cultura nacional reflete a ideologia dominante, a cultura popular é vista como inferior e incorreta, sustentada pelas relações de opressão e dominação na luta de classes. A cultura popular manifesta as expressões das classes populares, especialmente da classe trabalhadora, seja repetindo a ideologia dominante ou resistindo a ela por meio da linguagem, artes, comida e leitura de mundo (Chauí, 1997; Freire; Faundez, 1985). A cultura como resistência se materializa em ações concretas, opondo-se ao domínio da classe dominante e buscando a transformação das relações de opressão.

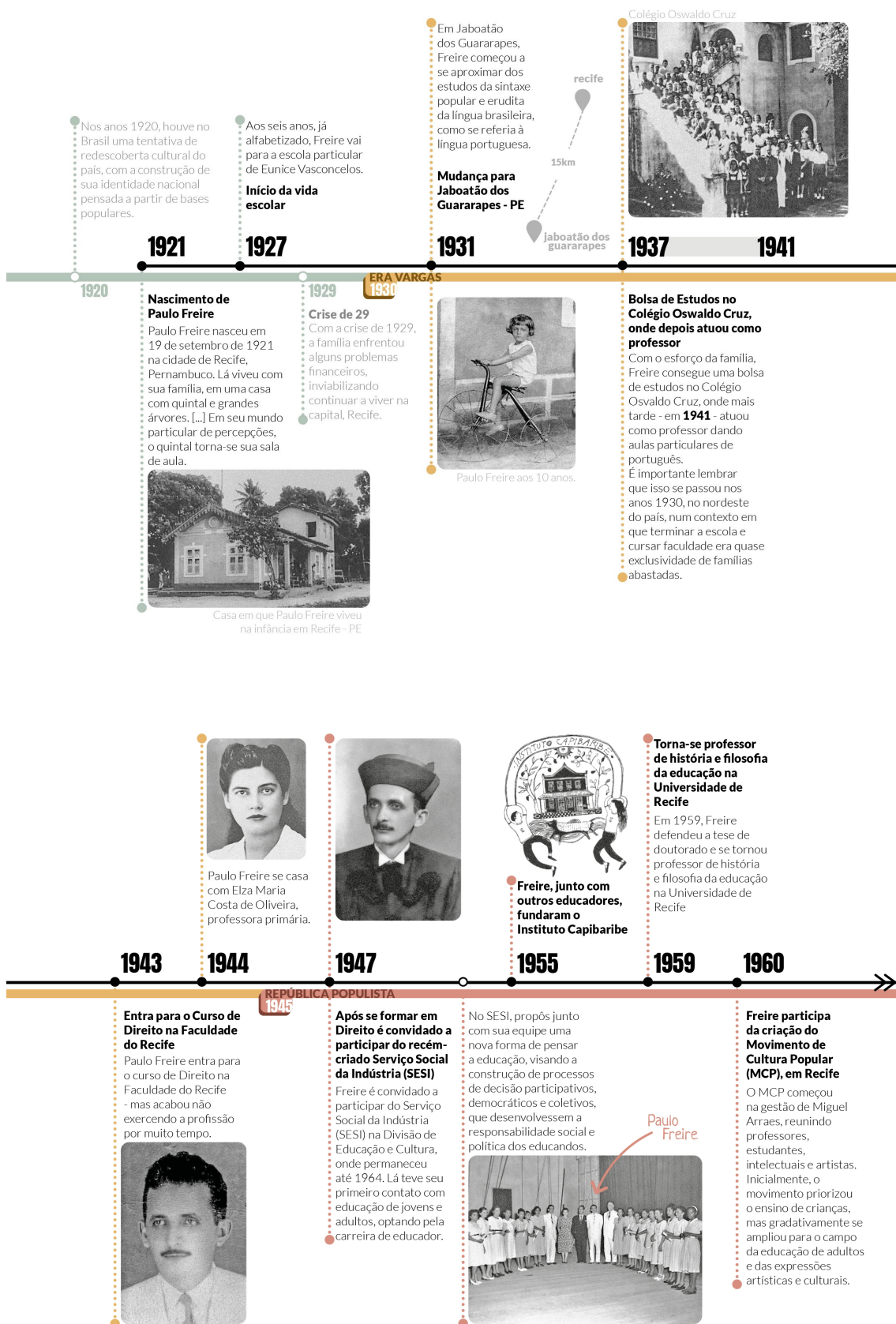
Essa interpretação do termo "popular" carrega uma dimensão política e social, permitindo seu uso em diversos contextos. Ao longo da pesquisa, o termo caracterizará práticas, assentamentos e metodologias, definindo o que está fora do padrão estabelecido pelas classes dominantes e enfrenta situações de opressão, representando formas de resistência e transformação.

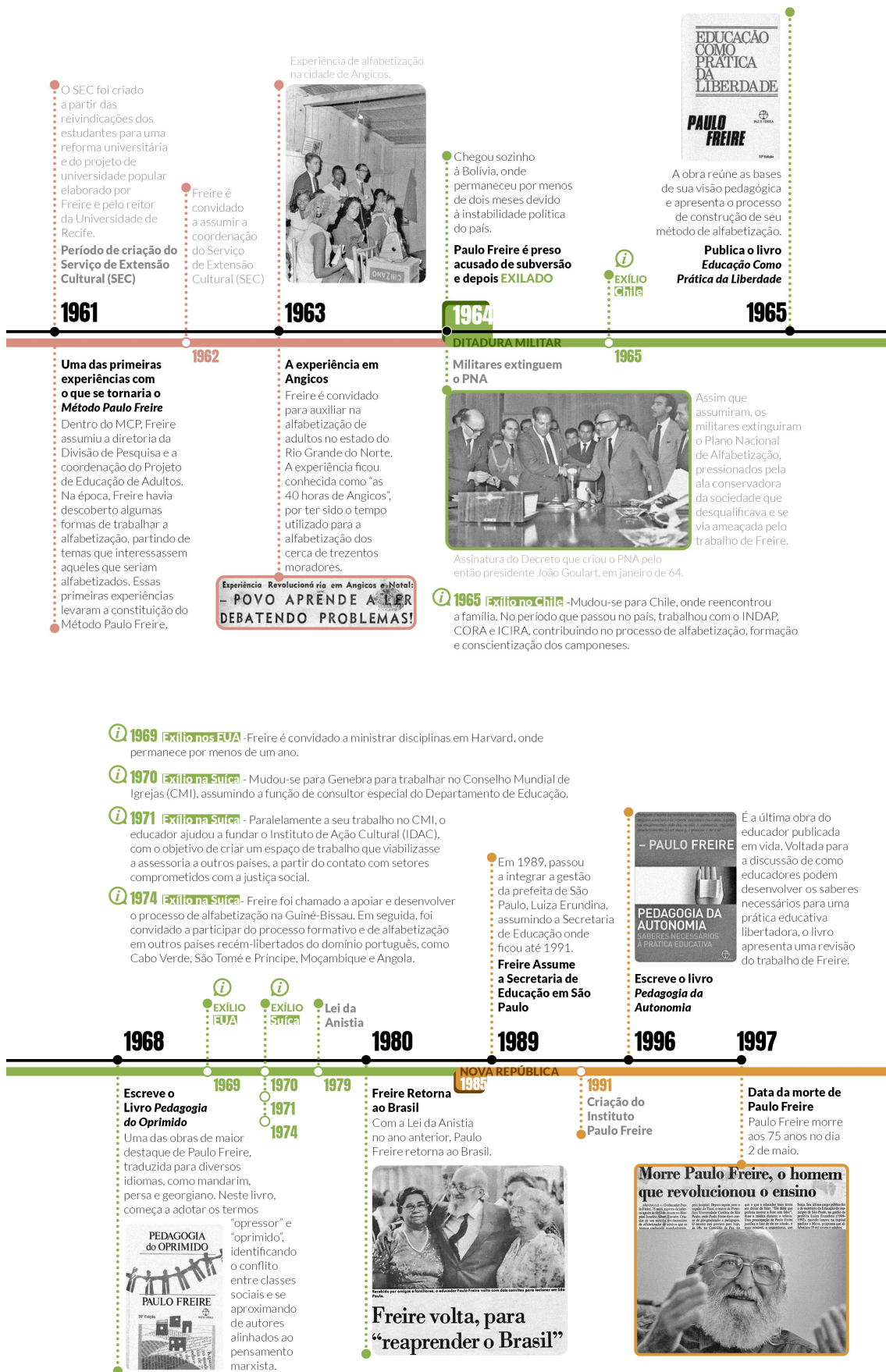
O ESPAÇO NO TRABALHO DE PAULO FREIRE

Em uma apresentação com toda a gestão, o Paulo Freire estava presente. No final, nós, jovens arquitetos, fomos nos apresentar, porque era uma emoção trabalhar com ele, de alguma forma. Nos apresentamos e perguntamos como poderíamos aplicar sua teoria, seus conceitos na cidade. Porque nós éramos arquitetos, não tínhamos conhecimento sobre a área de educação. E ele respondeu: "Onde está escrito *Pedagogia*, substitui por outra coisa, substitui por *Planejamento*, por exemplo. *Planejamento do Oprimido*, funciona também. O que precisamos é escutar as pessoas." (Torres, 2017).

Nessa memória trazida por Torres², observa-se que o trabalho de Freire não se restringia ao campo da educação, e que a escuta e o respeito ao outro apontavam uma possibilidade para a atuação de diferentes profissionais. O foco do trabalho recai sobre o caráter crítico e político de seu pensamento, o impacto do contexto sociopolítico no qual se inseria e a influência em outros campos disciplinares. Dessa forma, para compreender como seu trabalho foi sendo construído, faz-se necessário uma breve apresentação de suas trajetórias, aqui sistematizadas pela linha do tempo (Figura 1).

Figura 1: Linha do tempo de Paulo Freire.





Fonte: Massimetti, 2022, p. 60-63.

Percorrendo as trajetórias de Freire desde a infância, identificou-se o espaço como importante elemento na construção de seu pensamento. Nesse sentido, duas passagens merecem destaque.

Ao rememorar seus primeiros processos de formação e aprendizagem sob a sombra das árvores de seu quintal, o educador aponta que para ler o mundo é preciso estar no mundo, vivendo e se afetando. Nessa perspectiva, o espaço construído media a relação entre Freire e seu entendimento da realidade na qual se insere:

Há pouco tempo, com profunda emoção, visitei a casa onde nasci. Pisei o mesmo chão em que me pus de pé, andei, corri, falei, aprendi a ler. O mesmo mundo – primeiro mundo que se deu à minha compreensão pela “leitura” que dele fui fazendo. Lá reencontrei algumas das árvores da minha infância. Reconheci-as sem dificuldade. Quase abracei os grossos troncos – os jovens troncos da minha infância. Então uma saudade que eu costumo chamar de “mansa” ou de “bem-comportada”, saindo do chão, das árvores, da casa, me envolveu cuidadosamente. Deixei a casa contente com a alegria de quem reencontra gente querida. (FREIRE, 1989, p. 57).

Anos depois, nos Círculos de Pais e Professores realizados no SESI, Freire compreendeu outra dimensão do processo pedagógico que caracterizou sua obra. Não bastava adaptar a linguagem, era preciso associar as palavras à existência das pessoas, considerando a realidade e a leitura feita a partir dela. Em uma ocasião em que se discutia as relações entre pais e filhos e a aplicação de castigos físicos, um dos operários se levantou e colocou sua perspectiva:

Doutor Paulo, o senhor sabe onde a gente mora? O senhor já esteve na casa de um de nós? [...] Pois bem, doutor, sua casa deve ser uma casa solta no terreno, que a gente chama de “oitão livre”. Deve ter um quarto só para o senhor e a sua mulher. Outro quarto grande é para as três meninas. [...] Tem outro quarto para os dois meninos. Banheiro com água quente, cozinha com linha Arno. [...] O senhor deve ter ainda um quarto onde bota os livros – sua livraria de estudo. Está se vendo, por sua fala, que o senhor é um homem de muitas leituras de boa memória. Agora veja, doutor, a diferença. O senhor chega em casa cansado. A cabeça até que pode doer no trabalho que o senhor faz. Pensar, escrever, ler, falar esses tipos de fala que o senhor fez agora. Isso tudo cansa também. Mas uma coisa é chegar em casa, mesmo cansado, e encontrar as crianças com banho tomado, vestidinhas, limpas, bem comidas, sem fome, e a outra é encontrar os meninos sujos, com fome, gritando, fazendo barulho. E a gente tendo que acordar às quatro da manhã do outro dia para começar tudo de novo, na dor, na tristeza, na falta de esperança. Se a gente bate nos filhos e até sai dos limites não é porque a gente não ame eles, não. É porque a dureza da vida não deixa muito para escolher. (Haddad, 2019, p. 41–42).

Esse relato traz um entendimento da realidade que dificilmente alguém que não a vivencia pode ter. Na fala do operário, o castigo físico resulta das condições de vida precarizadas que ganham materialidade no espaço, e não da falta de amor ou de uma simples escolha. Novamente, a casa aparece como importante espaço na leitura de mundo de cada um. Para Freire, ela simbolizava afeto; para o operário, remetia à dureza da vida.

As duas passagens acima focam nas percepções dos sujeitos, mas sem descolar da esfera coletiva e de sua realidade. Em seu trabalho, Freire define esse sujeito como um ser

condicionado, reflexo da estrutura histórica e social em que se insere, e não *determinado*, o que significaria aceitar as condições impostas como imutáveis. Também considera que a vocação ontológica do ser humano é a busca pelo *ser mais*, processo no qual assume o papel de sujeito da própria história, humanizando-se e libertando-se. Nessa perspectiva, a desumanização, tanto dos oprimidos quanto dos opressores, é a distorção da vocação do ser mais. Logo, humanização e desumanização estão em constante tensão, e a busca por ser mais é uma forma de superar dialeticamente esse conflito (Dickmann; Dickmann, 2016; Freire, 2016b).

Essa ideia se fundamenta no entendimento da educação como um processo contínuo e no reconhecimento do inacabamento do ser humano, que o torna aberto à procura, alimenta sua curiosidade e o permite ir além. A busca pelo ser mais parte da leitura crítica das *situações-limites*, constituídas pelas contradições que levam o indivíduo a entender os fatos como fatalismo. Diante das barreiras criadas pelas situações-limites, é preciso separar e objetivar os incômodos, para analisá-los com profundidade e destacar o problema que precisa de solução. Esse movimento de percepção e recorte Freire denomina de *percebidos-destacados*. Por isso, conforme se avança no processo de humanização permanente, alcança-se o *inédito viável*, quando a superação do problema não é mais uma utopia e se torna realidade (Freire, 2016a, 2016b, 2019).

Assim, a leitura de mundo feita pelo educador se coloca ao lado do povo e se opõe aos interesses das camadas dominantes. A proposta dessa *pedagogia da liberdade* vai ao encontro de uma política popular, que busca romper com a estrutura social pautada na dominação e violência, e que possibilita chegar à democracia. No entanto, deve-se observar que esta ruptura não levaria necessariamente a uma sociedade democrática, já que liberdade e democracia são estabelecidas na luta. Para Freire, a construção da política popular e da sociedade democrática precisa passar pela tomada de consciência, com práticas educativas críticas que indiquem outros caminhos. Dessa forma, a realidade pode ser transformada ao invés de haver apenas uma inversão de papéis, com os oprimidos ocupando o espaço dos opressores e reforçando esse modelo (Freire, 2016a, 2016b, 2019).

TEORIA E PRÁTICA: A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS FREIRIANA

A união entre reflexão e ação é definida como *práxis*. Por meio dela, o ser humano domina a história e a cultura, tornando-se um ser capaz de criar, um ser do *quefazer*. Para Freire, a reflexão sem ação se transforma em verbalismo, palavras alienadas e alienantes, enquanto a ação sem reflexão se converte em ativismo, que impossibilita o diálogo e nega a práxis verdadeira. O quefazer do ser humano é sua práxis, permitindo superar as condições de opressão e assumir sua posição como sujeito da história. Por isso, a práxis acompanha o processo de conscientização do sujeito, possibilitando a transformação da realidade (Freire, 2016b; hooks, 2017). Teoria e prática caminham juntas em Freire, sendo adotado o termo *práxis freiriana* para se referir ao pensamento do educador.

Para discutir sua práxis, Freire reforça a necessidade de partir da realidade do educando, entendendo como os condicionantes que a compõem influenciam na leitura de mundo e em suas relações sociais. Ele reconhece que os elementos que determinam tal realidade se refletem não apenas nas dinâmicas sociais cotidianas, mas também na formação e nos saberes das pessoas.

Existe um imaginário socialmente construído onde os conhecimentos são classificados hierarquicamente, com os saberes técnicos considerados superiores aos populares. Freire observa uma relação entre conhecimento técnico e poder autoritário, que nega a liberdade dos sujeitos e se desenvolve na imposição. Para ele, a liberdade está nos processos dialógicos e de conscientização, permitindo que os sujeitos reconheçam sua autoridade em sua própria história. Logo, pela práxis freiriana, a autoridade vinda do saber técnico, quando não comprometida com a liberdade, se torna autoritarismo (Freire, 2016a, 2016b; Freire; Faundez, 1985).

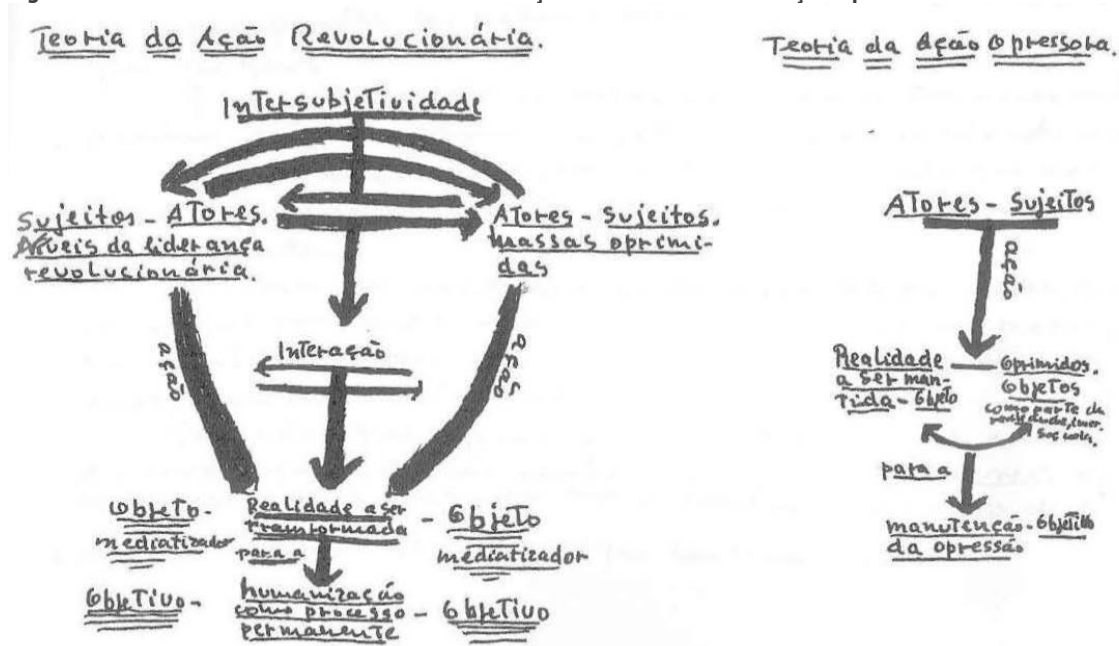
Esse processo não se restringe ao campo das ideias, mas se manifesta em ações cotidianas, reforçando a passividade das camadas populares e fazendo a manutenção da dominação e controle. Segundo Freire (2016b), essa é a caracterização da *Teoria da Ação Antidialógica*, que se fundamenta em um conceito central do trabalho do educador: a *educação bancária*. A concepção de educação bancária se baseia em uma narrativa alienada e alienante, fixista e imobilista, que não comunica, mas faz comunicados. Ela educa para a submissão, entendendo o ser humano como acabado e concluso, que vive em uma realidade estática, não o considerando um ser histórico. Trata-se de uma cisão entre teoria e prática, em que os educandos são vistos como depósitos vazios de saberes que devem receber, guardar e arquivar os comunicados depositados pelos educadores. É uma forma de opressão, que fortalece a oposição entre os que sabem (sujeitos) e os que não sabem (objetos) (Freire, 2016b, 2019; hooks, 2017).

Contrapondo-se ao modelo bancário, Freire propõe a concepção de *educação libertadora*. Nessa perspectiva político-pedagógica, o desafio é a emergência das consciências, para que haja a inserção crítica do sujeito na realidade e sua permanente humanização. Quando ocorre a emergência, a consciência ingênua se transforma em consciência crítica, construindo uma consciência politizada e reflexiva, que conduz à transformação da realidade. Na relação entre a educação bancária e a educação libertadora, Freire (2019) aponta que a primeira assistencializa e retira o caráter histórico do ser humano, enquanto a segunda critica e reconhece sua historicidade. Optar por uma forma de educação ou outra é uma escolha política. No entanto, para que ocorra uma educação crítica e problematizadora, é preciso que o educando participe da construção da consciência, assumindo seu protagonismo no processo (Freire, 2019; Streck; Redin; Zitzoski, 2017).

Enquanto o modelo de educação bancária se alia à Teoria da Ação Antidialógica, a educação libertadora contribui com a *Teoria da Ação Dialógica*, ou *Teoria da Ação Revolucionária* (Figura 2). Diferentemente daquela que se baseia na conquista, divisão, manipulação e invasão cultural,

a Teoria da Ação Dialógica se caracteriza pela colaboração, união, organização e síntese cultural. Não há a ideia de conquista, que determina sujeitos e objetos da ação, mas sujeitos que, em colaboração, buscam transformar a realidade. Ao invés de dividir os oprimidos para facilitar a manutenção da opressão, na ação dialógica o objetivo é a união dos oprimidos entre si e com a liderança revolucionária, para que sigam juntos no processo de libertação. A manipulação das massas populares abre espaço para sua organização em classes, que por meio do diálogo se conscientizam sobre sua luta. Na ação dialógica, a invasão cultural, que deslegitima a cultura invadida e se propõe a ensinar e transmitir, é substituída pela síntese cultural, que fortalecendo a própria cultura se transforma em instrumento para superar as condições de dominação e alienação (Freire, 2016b).

Figura 2: Manuscrito de Freire sobre as Teorias da Ação Revolucionária e da Ação Opressora.



Fonte: Freire, 2018, p. 145.

UMA ARQUEOLOGIA FREIRIANA: RELATOS DE PRÁTICAS POPULARES

O pensamento de Freire é fruto de seu momento histórico, da influência de diferentes autores e da relação que ele estabeleceu com educandos e suas vivências. Para identificar a influência do educador no campo da arquitetura e urbanismo, propõe-se fazer o mesmo movimento de compreensão da realidade, por meio de experiências concretas, vividas por profissionais desse campo em diferentes gerações.

Entende-se como **campo popular da arquitetura e urbanismo**, ou **campo popular da produção do espaço**, um conjunto de práticas baseadas na participação de moradores e futuros moradores, no diálogo direto com eles ou por meio de suas organizações (associações, movimentos), com ou sem relação direta com programas ou políticas públicas

de urbanização de favelas, de produção de habitação ou de planejamento urbano. Processos de educação formal, de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária que se alimentam e dão centralidade para as realidades dos territórios populares, também são considerados nesse recorte.

A *arqueologia freiriana* apresenta os seguintes personagens: **Francisco Whitaker Ferreira**, com o desenvolvimento do planejamento humanista alinhado a um projeto de país no período pré-regime militar; **Maria Tereza Cordido**, com os projetos participativos de urbanização de favelas em Diadema nos anos 1980; **João Marcos Lopes**, com as reflexões sobre técnica e método nos mutirões autogestionários; **Joel Felipe**, com sua trajetória militante em diferentes espaços, dos mutirões da gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo à gestão universitária em cargos de pró-reitor em universidades federais; **Beatriz Tone**, com o mutirão Paulo Freire nos anos 2000, projeto da assessoria técnica Usina e gestão do movimento de moradia da Leste 1, ligado à União de Movimentos de Moradia; **Heloisa Rezende**, com suas experiências no poder público e também na assessoria técnica Usina, compondo equipe com Beatriz; **Maria Rita Horigoshi**, com a participação na equipe da assessoria técnica Peabiru na elaboração do plano popular do Jardim da União em 2017; e, por fim, **Sergio Molina**, com o trabalho de formação como pedreiro-educador na década de 2000.

Antes de chegar nas experiências específicas dos entrevistados, é importante apresentar o contexto das políticas e intervenções habitacionais e urbanas no Brasil. Nos anos 1950 e 1960, uma movimentação política e cultural contribuiu para a sistematização das primeiras experiências da pedagogia de Paulo Freire. Nesse período, também se formou um planejamento urbano humanista, destacando-se a figura de Louis-Joseph Lebreton, que fundou a Sociedade para Análises Gráficas e Mecnográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) em 1947. A SAGMACS se voltou para a pesquisa urbana e planejamento regional, formando uma equipe interdisciplinar que desenvolveu pesquisas e diagnósticos sobre desenvolvimento urbano e ordenamento territorial (Cestaro, 2015; Ferreira, 2021).

Nas décadas de 1980 e 1990, durante a reabertura política, governos locais democráticos e populares impulsionaram a discussão sobre a Reforma Urbana. O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) centralizou as demandas de instituições progressistas, pressionando a Assembleia Nacional Constituinte para incorporar a pauta urbana na Constituição de 1988. Esse período marcou a ampliação da participação popular em debates sobre políticas públicas e ações concretas nas cidades, exemplificado pelos orçamentos participativos em Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG) e pelos processos de descentralização administrativa (Maricato, 2000; Santo Amore, 2013).

Nos anos 2000, as principais reivindicações da Reforma Urbana se consolidaram com a sanção do Estatuto das Cidades (2001) e a criação do Ministério das Cidades (2003). No entanto, o objetivo de diminuir as diferenças socioterritoriais enfrentou um modelo de cidade excludente e violento. Na década seguinte, a crise do planejamento tradicional colocou em

debate alternativas mais humanistas na produção do espaço urbano, buscando combater remoções e outras violações promovidas pelo Estado, frequentemente associado aos interesses de mercado (Maricato, 2014; Santo Amore, 2013; Miraftab, 2016).

O campo popular da arquitetura e urbanismo é um campo em permanente construção e disputa. Em alguns momentos, ocorre dentro da política institucional; em outros, coloca-se contra ela, avançando e retrocedendo em conquistas legislativas e ações concretas. A luta por práticas críticas e dialógicas é constante, exigindo acompanhamento das mudanças de conjuntura e das demandas reais. As práticas profissionais, seja no poder público, em assessorias técnicas ou na academia, sempre criam referências nos processos de formação, revelando a dimensão política na arquitetura e no urbanismo.

Para Maricato, "ganhar militantes para uma nova percepção da realidade urbana, geográfica, ambiental é uma tarefa que deveria inspirar-se em Paulo Freire" (2014, p. 55). Os relatos a seguir refletem sobre como essa "inspiração" impacta o campo popular da arquitetura e urbanismo, com premissas e práticas que orientam a atuação de profissionais em diferentes espaços e momentos históricos.

FRANCISCO WHITAKER FERREIRA | PLANEJAMENTO HUMANISTA E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS A PARTIR DOS ANOS 1960

Logo no início da conversa, Chico Whitaker destacou que, apesar de ter cursado arquitetura e urbanismo, ele se considera um planejador. Durante a graduação, ele se voltou para a pesquisa social e urbanismo, participando da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Católica, que visava ampliar a inserção da igreja na sociedade. Essas experiências, nos anos 1950, foram influenciadas pelo padre Lebrecht, que, ao retornar ao Brasil em 1952, passou a escrever e discutir métodos de pesquisa de necessidades e possibilidades de desenvolvimento humano, com foco em pesquisas urbanas e sociais. Em 1957, Chico foi contratado como desenhista para um grande estudo da Prefeitura de São Paulo, liderado por Lebrecht.

A equipe que participou desse trabalho assumiu a direção técnica da SAGMACS e iniciou diversos estudos pelo Brasil. Em 1959, o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, propôs o Plano de Ação do Governo do Estado (PAGE), a primeira experiência ampla de planejamento, coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, amigo de Chico. A equipe técnica da SAGMACS foi chamada para compor o núcleo duro do planejamento. Esse período ficou conhecido pela prevalência de um planejamento tecnocrático, que se formou em um contexto de "não-planejamento", construído a partir de métodos científicos e pesquisas objetivas. Esse modelo foi posteriormente apropriado pelo regime militar, assumindo um caráter autoritário e de controle.

Chico permaneceu no desenvolvimento do PAGE até 1962, quando retornou à SAGMACS e voltou aos estudos para planejamento e planos de desenvolvimento. Nesse momento, os técnicos entenderam a importância da participação popular no processo, estruturando a ideia

de planejamento participativo. O primeiro plano seguindo essa lógica foi na região sudoeste do estado de São Paulo. Enquanto isso, Plínio iniciou sua carreira na política e, no contexto das Reformas de Base propostas por João Goulart, indicou Chico para a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), onde ele se tornou diretor de planejamento e se reuniu com Paulo Freire para desenvolver o Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

Chico assumiu o cargo na SUPRA em 1963, mas o golpe militar de 1964 interrompeu o projeto. Em 1966, exilou-se na França, onde trabalhou no Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento, Educação e Desenvolvimento (IRFED), fundado por padre Lebreton, ministrando aulas sobre pesquisa participativa. Em 1970, mudou-se para o Chile e reencontrou Freire, que logo partiu para a Suíça. Após o golpe militar no Chile, Chico retornou à França e, entre 1975 e 1980, participou de um grupo de pesquisa internacional pela CNBB. Em 1982, voltou ao Brasil, assessorando Dom Paulo Evaristo Arns na organização das Comunidades Eclesiais de Base. No fim dos anos 1980, filiou-se ao PT, foi eleito vereador por São Paulo e voltou a conviver com Freire, que era Secretário de Educação. Juntos, discutiram a criação da Universidade Mútua, uma proposta alinhada com a práxis freiriana.

Em 2001, Chico ajudou a organizar o primeiro Fórum Social Mundial, um espaço horizontal para troca de experiências e aprendizado. O Fórum teve grande receptividade e desdobramentos em fóruns regionais, nacionais e globais. Chico destaca os conflitos entre uma postura tecnocrática e uma mais participativa dentro do Fórum. Ele defende a manutenção de um espaço aberto, acessível a todos. A convivência com Freire, tanto no Brasil quanto no exílio, influenciou Chico profundamente. O educador escreveu o prefácio do livro de Chico, "Planejamento sim e não", destacando a simplicidade e profundidade do texto. Chico defende a participação popular no planejamento, alinhando-se com a visão freiriana de um processo decisório participativo e crítico.

MARIA TEREZA CORDIDO | PARTICIPAÇÃO POPULAR NA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS: DIADEMA, DÉCADA DE 1980

A primeira conversa com Maria Tereza ocorreu em 2017, enquanto elaborava o projeto de pesquisa para o mestrado na FAUUSP. Na época, li um artigo dela mencionando a assessoria de Paulo Freire à equipe técnica de habitação de Diadema nos anos 1980, o que me inspirou a investigar a relação do educador em projetos de urbanização de favelas. Nossa segunda conversa, três anos depois, abordou o trabalho realizado em Diadema entre 1983 e 1985, durante a gestão do prefeito Gilson Luiz Correia de Menezes, no primeiro ciclo de prefeituras do PT.

Maria Tereza se formou na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos (FAUS) em 1983 e foi convidada por seu professor Luís Fingerhann para estagiar na Prefeitura de Diadema no Programa de Urbanização de Favelas. Fingerhann, com experiência anterior em Diadema, iniciou uma pesquisa de campo e estimou que 90% das casas eram autoconstruídas (Maricato; Calazans; Fingerhann, 1983). Ele ajudou a elaborar uma proposta de assessoria técnica,

alinhada a uma prática política que contribuísse com a permanência da população em seus territórios. Após essa experiência, Fingeremann retornou a Diadema como coordenador do Programa de Urbanização de Favelas.

O Programa foi alocado junto ao Departamento de Obras e Planejamento e dividido em duas frentes: habitacional e de urbanização de favelas, da qual Maria Tereza participava. A equipe, inspirada pela novidade de uma prefeitura à esquerda, precisou incentivar a união e organização da população para reformular o território. Os coordenadores queriam que a equipe estivesse envolvida com a perspectiva de mudança e melhoria da condição de vida das pessoas. O território foi dividido, e cada técnico ficou responsável por cerca de cinco favelas.

A equipe de Diadema se contrapunha à ideia de que a favela era uma "doença" a ser erradicada. Para eles, a favela era a solução que as pessoas encontraram para morar. A orientação inicial de Fingeremann era deixar os moradores falarem e ouvir o máximo possível, mostrando que o conhecimento dos técnicos era relativo. Para estabelecer o diálogo, organizavam encontros nos fins de semana. Foi nesse contexto que Paulo Freire contribuiu com o trabalho em Diadema. Influenciados pelo pensamento freiriano, convidaram Freire para algumas conversas com a equipe técnica, reforçando a importância do processo participativo e coletivo.

Além de estabelecer o diálogo com os moradores, a equipe de Diadema se preocupava com a rapidez das intervenções para ganhar a confiança da população e incentivar outras favelas a se organizarem. Maria Tereza destaca que, apesar do suporte institucional limitado e da falta de uma estrutura dedicada exclusivamente à habitação, a equipe conseguiu avançar com a regularização fundiária e as obras necessárias. A necessidade de engajamento gerou conflitos com o funcionalismo de carreira, mas Maria Tereza permaneceu na prefeitura por cinco anos, avaliando positivamente as intervenções nas primeiras favelas. Ela ressalta que o trabalho em Diadema não era apenas técnico, mas também político, com a preocupação de organizar politicamente os moradores para fortalecer sua autonomia, uma prática alinhada às ideias de Paulo Freire.

JOÃO MARCOS LOPES | TEMATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NOS MUTIRÕES AUTOGESTIONÁRIOS, ANOS 1990

Após se formar em Arquitetura e Urbanismo pela USP, João Marcos participou de duas experiências significativas que estabeleceram o diálogo entre academia e o campo das assessorias técnicas: o Laboratório de Habitação da Belas Artes (1982) e o Laboratório de Habitação da Unicamp (1988). A educação popular e as práticas freirianas influenciavam os arquitetos que se formavam nos anos 1980. Em 1990, João Marcos e os arquitetos Mario Luís Braga e Wagner Germano fundaram a assessoria técnica Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. No mesmo ano, começaram a trabalhar com a Associação de Construção Comunitária de Diadema, que tinha contrato com a Caixa Econômica Federal para a construção de cinquenta moradias.

O projeto inicial do Cazuza, em Diadema, apresentava problemas arquitetônicos e urbanísticos, mas a Usina interveio nas técnicas construtivas e na organização das casas sobrepostas. Eles adotaram uma abordagem participativa, envolvendo os moradores na discussão do programa para o espaço. João Marcos comenta sobre a experiência anterior em Osasco, o Terra é Nossa, onde perceberam que oferecer opções pré-concebidas restringia as possibilidades. Inspirados pela ideia freiriana dos temas geradores, ampliaram as discussões no Cazuza, tematizando as relações dos ambientes e compreendendo a dinâmica cotidiana dos moradores.

A experiência de usar os temas geradores foi reproduzida em outros empreendimentos acompanhados pela Usina. No mutirão 26 de Julho, em São Paulo, o método enfrentou desafios devido ao maior número de famílias e à comunicação com os coordenadores dos grupos. Para resolver as lacunas na comunicação, a equipe fez duas casas modelo e convocou uma assembleia para discutir as tipologias com as famílias. No mutirão da União da Luta, em 1992, o uso dos temas geradores permitiu um debate aprofundado, gerando diferentes tipologias e soluções projetuais.

A União da Luta foi uma experiência que avançou na abordagem pedagógica como recurso técnico para a construção coletiva de uma solução espacial. Com o diálogo estabelecido, os moradores se entenderam como parte do processo e se apropriaram dele. João Marcos observa que os moradores conhecem cada detalhe das construções, resultando em uma relação diferente com o espaço que ajudaram a criar.

A trajetória de João Marcos na assessoria técnica se entrelaça com sua atuação como docente em diversas universidades, incluindo a USP, onde leciona desde 1999. No IAUUSP, ele observa como os temas geradores, inspirados por Paulo Freire, se fazem presentes em sala de aula. João Marcos percebeu que poderia usar esses temas para dialogar melhor com os estudantes, criando aulas interativas, como a construção de um altar para discutir estruturas. Ele compreendeu a tematização como um mecanismo universal que facilita a criação de vínculos e uma relação dialógica, refletindo a influência de Freire na busca por caminhos de diálogo e construção coletiva do conhecimento.

JOEL FELIPE | FORMAÇÃO MILITANTE PELA PRÁTICA: ASSESSORIA TÉCNICA, PODER PÚBLICO E UNIVERSIDADE

A atuação política de Joel começou na adolescência, ao observar as desigualdades territoriais e de classe enquanto trabalhava e estudava. No ensino médio, ele se envolveu no movimento estudantil e, em 1982, entrou na Universidade Presbiteriana Mackenzie para cursar arquitetura e urbanismo. Como bolsista, sentia a desigualdade de classe e se preocupava com a organização política, filiou-se ao PT e ingressou no Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie (DAFAM). Em 1984, estagiou na Prefeitura de Diadema em projetos de urbanização de favelas, onde aprendeu sobre construção civil e a importância da participação popular.

Após a experiência em Diadema, Joel participou do mutirão de Valo Velho, na zona sul de São Paulo, onde atuou como "arquiteto residente" e acompanhou todo o processo até a entrega das chaves. Prestes a se formar, ele e alguns colegas fundaram a Ação Direta - Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares (AD) em 1989. A AD começou a acompanhar ocupações do Movimento Sem Terra da Leste 1 e, com o suporte da Associação em Defesa da Moradia-Leste (ADM), se estabeleceu fisicamente e fortaleceu a relação entre assessoria e movimento. A AD foi chamada para acompanhar o mutirão Jardim São Francisco, o primeiro empreendimento do programa municipal de mutirões conhecido como FUNAPS Comunitário.

O Jardim São Francisco ilustra a fase heroica dos mutirões da gestão Erundina, destacada por Santo Amore (2004). Joel identifica a proximidade com a práxis freiriana, especialmente no método de alfabetização de adultos, buscando trocar conhecimento de forma didática, pautada no diálogo, afeto e respeito. A relação de proximidade com os moradores era construída organicamente, através de atividades cotidianas como tomar café, comemorar e jogar futebol, refletindo um conjunto de posturas dos técnicos que não eram estratégias artificiais de aproximação.

Além dos trabalhos de campo e de obra, a experiência de Joel como assessor técnico também envolvia articulação política com outras entidades e o poder público. Durante a gestão de Paulo Maluf (1993-1996), com a diminuição de recursos e paralisação de obras, Joel iniciou seu mestrado em 1994 na Escola de Engenharia de São Carlos, atual IAUUSP. Lá, conheceu Paulo Romano Reschilian, que o convidou a lecionar na Universidade de Taubaté (UNITAU) de 1995 a 2000. No início dos anos 2000, Joel assumiu cargos no poder público em Santo André, integrando as Secretarias de Inclusão Social e Habitação e de Desenvolvimento Urbano e Habitação, além de coordenar o Programa "Santo André Mais Igual".

Posteriormente, ele construiu sua trajetória na universidade pública, lecionando na UNITAU e, em 2006, ingressando na UFABC, onde coordenou a construção do campus de Santo André e assumiu a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas. Desde 2014, está na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), onde também foi Pró-reitor de Sustentabilidade e Integração. Joel utiliza a abordagem interdisciplinar para discutir Paulo Freire com os estudantes. Em sua tese de doutorado, "O arquiteto em processos participativos de produção do habitat", ele analisa a crise da profissão e propõe a transformação do ensino de arquitetura e urbanismo, enfatizando a importância da relação dialógica com o usuário e a proximidade da universidade com a realidade brasileira, além de defender a extensão universitária e ações afirmativas.

BEATRIZ TONE | CANTEIRO, CONFLITOS E MEDIAÇÃO: MUTIRÃO PAULO FREIRE, ANOS 2000

Beatriz começou a estagiar na assessoria técnica Usina CTAH em 2001, onde permaneceu até 2011. Durante seu doutorado, tornou-se docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade São Judas Tadeu. Sua participação no mutirão Paulo Freire, enquanto assessora

técnica pela Usina, é de particular interesse. Ela conheceu a Usina durante a graduação na USP, quando decidiu escrever uma matéria sobre os trabalhos da assessoria para a Revista Caramelo. Em 2001, Beatriz integrou a equipe responsável pelo mutirão Paulo Freire, um projeto de autogestão habitacional na zona leste de São Paulo, iniciado na gestão de Marta Suplicy (2001-2004).

O mutirão Paulo Freire foi construído com recursos do Fundo Municipal de Habitação e envolveu a Associação Paulo Freire, ligada à União de Movimentos de Moradia da Leste 1. A associação foi criada em 1999, mas os recursos para o projeto só foram liberados na gestão de Marta. A assessoria técnica desenvolveu um processo participativo para criar um projeto específico para as famílias, rejeitando o projeto padrão da CDHU. Beatriz, junto com Pedro Arantes e Heloisa Rezende, participou ativamente do desenvolvimento do projeto e da organização do canteiro de obras.

O projeto resultou em quatro tipos de apartamentos de aproximadamente 56m², um centro comunitário e áreas verdes. A adoção de estrutura metálica pré-fabricada foi um ponto de destaque, apesar da resistência inicial da COHAB e do Corpo de Bombeiros. Durante a obra, iniciada em 2003, houve atrasos na liberação de recursos pela prefeitura, o que levou a paralisações e desmobilização dos moradores. O mutirão Paulo Freire se estendeu por quase onze anos, de sua fundação até a conclusão das obras em 2010.

Apesar dos desafios, Beatriz destaca a afinidade política da Usina com o movimento de moradia, o que facilitou a mediação entre os diferentes atores envolvidos no processo. A relação de longa data entre eles ajudou a viabilizar um projeto específico discutido com as famílias organizadas. Ao longo dos anos, novas gerações surgiram tanto na Usina quanto na Leste 1, com os mais velhos orientando e participando ativamente do processo.

O longo processo de projeto e obra, tensionado pela política pública de habitação, destacou a importância da participação das famílias nas decisões sobre sua própria moradia, refutando soluções padronizadas. A experiência de Beatriz com os conceitos freirianos aplicados à arquitetura e urbanismo enfatiza a importância da organização comunitária e da mediação técnica para a construção de habitações de qualidade.

HELOISA REZENDE | CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES: A PRÁTICA NA ASSESSORIA TÉCNICA E PODER PÚBLICO

A primeira conversa com Heloisa ocorreu em 2019, durante um evento acadêmico, quando propus discutir duas experiências simultâneas que ela vivenciou: o mutirão Paulo Freire e seu trabalho na gestão municipal de Taboão da Serra (2006-2011). Heloisa destacou que, apesar de não ter tido muito contato com a obra de Paulo Freire, a influência do educador já se manifestava em seu trabalho. Formada em arquitetura e urbanismo pela USP, ela trabalhou na Integra e em um projeto com a Incubadora de Cooperativas Populares da USP, que incluía uma escola itinerante de construção civil, em parceria com o Vereda - Centro de Estudos em Educação, fundado por Paulo Freire.

Após a experiência na Integra, Heloisa começou a trabalhar na Usina CTAH, integrando a nova geração de assessores e sendo uma das responsáveis pelo mutirão Paulo Freire. Ela destacou que o canteiro de obras representava um espaço para experimentar novas relações, não reproduzindo o modelo hierárquico tradicional. No entanto, reconheceu as contradições e relações de poder que se estabeleciam de maneira estrutural, mesmo com a proposta de organização horizontal. Heloisa comentou que, se tivessem mais conhecimento do pensamento de Freire na época, teriam mais ferramentas para desmistificar esses processos hierárquicos.

A mesma dinâmica de relações hierárquicas se observava nas relações internas na assessoria técnica. Heloisa destacou que, apesar dos esforços para desenvolver um trabalho dialógico e crítico, as condições externas influenciavam diretamente na manutenção do modo de trabalho da equipe. Com os atrasos na liberação de recursos e as paralisações no mutirão Paulo Freire, foi acordado um limite de vinte horas semanais para o projeto, e os assessores buscariam outras formas de remuneração. Heloisa permaneceu na Usina até 2009, dividindo seu tempo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra a partir de 2006.

Em seus relatos, é interessante observar as limitações e possibilidades em cada espaço. Na Usina, a articulação entre assessores técnicos e moradores esbarrava em limites estruturais, como a falta de recursos. No poder público, a mobilização da equipe conseguiu superar algumas barreiras, revisando leis e buscando soluções criativas. Heloisa ficou responsável pelo projeto de urbanização do Jardim Silvio Sampaio, onde a equipe trabalhou de casa em casa, construindo uma relação com os moradores e realizando melhorias habitacionais.

Apesar de muitas propostas da prefeitura não terem sido realizadas, Heloisa destacou o processo participativo com a população, onde decisões passavam por assembleias e projetos só avançavam após aprovação dos moradores. Sua experiência na Usina foi fundamental para essa abordagem, influenciada também pela secretária de habitação, Ângela Amaral, entusiasta das assessorias técnicas a movimentos populares. Heloisa conclui que, embora o trabalho na Usina e na gestão de Taboão da Serra fossem diferentes, a liberdade no poder público permitiu diálogos com a experiência da assessoria técnica. Após Taboão, Heloisa trabalhou em Osasco e São Paulo, e atualmente é docente em Aracaju, mantendo uma postura crítica e inquieta sobre sua prática profissional.

MARIA RITA HORIGOSHI | DIALOGICIDADE NO PLANEJAMENTO POPULAR: JARDIM DA UNIÃO, 2017

Maria Rita, arquiteta e urbanista formada pela USP em 2009, começou a estagiar na Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais em 2007, onde atua até hoje. Em coautoria com Caio Santo Amore e Rafael Pereira, escreveu o artigo "De afeto e de escola: formação em assessoria e assistência técnica", discutindo a formação em Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) e seu impacto na organização interna da Peabiru. Em 2019, Maria

Rita ajudou a conceber o Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS), destacando o diálogo entre educação e arquitetura.

Em 2017, a Peabiru desenvolveu o Plano Popular Urbanístico da Ocupação Jardim da União, localizada no extremo sul de São Paulo, onde cerca de 600 famílias resistiam em um terreno da CDHU. As negociações evoluíram para a possibilidade de regularização da ocupação, com o apoio do Movimento Luta Popular. A Peabiru foi chamada para desenvolver um plano que qualificasse a negociação com o órgão público. A primeira assembleia no Jardim da União contou com a presença quase total das famílias, e a proposta de um Plano Popular de urbanização e regularização foi aprovada, financiada pelas contribuições das famílias ocupantes.

O processo no Jardim da União foi dividido em etapas de levantamentos e proposições. A equipe da Peabiru, junto à Associação de Moradores, realizou visitas técnicas e oficinas para mapear problemas e potencialidades da ocupação. As atividades incluíram a identificação de casas, comércios e serviços no mapa, além de uma leitura do entorno para abordar equipamentos e transporte. As informações coletadas foram usadas para elaborar diagnósticos comunitário, social e fundiário.

Na segunda etapa do processo, foi realizada uma oficina de projeto com os moradores para discutir conceitualmente o que as famílias queriam para a área, considerando a regularização fundiária, sistema viário e áreas verdes. Os assessores técnicos apresentaram duas propostas: a proposta A mantinha as características gerais da ocupação, enquanto a proposta B reconfigurava radicalmente as vias, estabelecendo lotes iguais para as famílias. A escolha unânime pela proposta B mostrou que os deslocamentos dos barracos não eram um problema para os moradores, que estavam dispostos a desmontar e refazer suas moradias conforme necessário.

A participação das famílias no processo decisório foi essencial para a organização da ocupação e desdobramentos futuros. Mesmo sem o acompanhamento técnico, os moradores implementaram o projeto conforme discutido, deslocando barracos, abrindo ruas, fazendo ligações de água e eletricidade, e delimitando lotes e quadras. O plano popular se mostrou um instrumento político na negociação com a companhia de habitação e outras entidades. Ao longo desses anos de ocupação, a luta pela permanência, urbanização e regularização foi constante, com a implantação de redes regulares de serviços e obras de urbanização iniciadas em 2021, ampliando a perspectiva de regularização fundiária e superação do conflito fundiário.

SERGIO MOLINA | FORMAÇÃO DE CONSTRUTORES: ESCOLA PROFISSIONALIZANTE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Molina, mestre de obras e pedagogo, começou a trabalhar como pedreiro aos 14 anos, acumulando 50 anos de experiência na construção civil. Em 2010, ele se envolveu no projeto

"Qualificar para Mudar" em São Bernardo do Campo, que visava melhorar a escolaridade e qualificação profissional de jovens e adultos. Molina ministrou aulas de alvenaria na Escola Municipal de Educação Profissional Madre Celina Polci, onde compartilhou suas experiências de vida com os alunos, criando um vínculo forte e significativo. Ele ensinou a construir uma cozinha e desenvolveu um reservatório para captar água da chuva, integrando práticas ambientais ao curso.

Nos primeiros dias de aula, Molina sentia que não conseguiria preencher o tempo com conteúdo, mas encontrou um caminho ao compartilhar sua trajetória e vivência. Isso gerou discussões e atividades práticas que fortaleceram o vínculo entre educador e educandos. Os cursos duravam três meses e, além de ensinar técnicas de construção, Molina abordava temas como segurança no trabalho e organização de materiais. A experiência na EMEP Madre Celina Polci foi enriquecedora, levando-o a buscar formação acadêmica em pedagogia e gestão ambiental na Universidade Metropolitana de Santos.

Com o diploma de pedagogo, Molina prestou concursos públicos e, em 2017, assumiu uma vaga no setor de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Municipal de Educação Básica Maria Adelaide Rossi. A escola fazia parte do projeto "Qualificar para Mudar", mas com um perfil de educandos diferente, predominantemente idosos e pessoas com deficiência. Molina destacou o caráter inclusivo das experiências, que incentivavam o retorno à escola. Paralelamente, ele se envolveu em projetos de extensão universitária, como o Canteiro Escola Águas Urbanas, do LABHAB/FAUUSP, onde atuou como mediador entre o conhecimento acadêmico e prático.

Em 2019, durante o CPPATHIS, Molina contribuiu no Jardim da União, ensinando técnicas de construção e participando de diversas frentes de trabalho. Ele destacou a importância de usar uma linguagem acessível para estabelecer relações e trocar conhecimentos, seguindo os princípios de Paulo Freire. Molina acredita que cada pessoa tem algo a ensinar e aprender, e que a equidade é fundamental para o sucesso na educação, especialmente com jovens e adultos. Ele enfatiza a importância de caminhar junto com os alunos, oferecendo apoio para que ninguém fique para trás.

Quando perguntado se se considerava um profissional freiriano, Molina respondeu que não se apegava a rótulos, mas reconhece a influência de Freire em sua prática. Ele busca uma linguagem que permita estabelecer relações e trocar conhecimentos com todos, independentemente de serem acadêmicos ou pedreiros. Para Molina, contar histórias e criar vínculos é essencial para afastar a ideia de que alguém sabe mais ou menos que o outro. Ele acredita que a forma como se ensina e aprende faz a diferença, e que a educação deve ser um processo inclusivo e colaborativo, onde todos caminham juntos.

A PRÁXIS FREIRIANA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

As oito trajetórias constroem um panorama geral, ao mesmo tempo em que apresentam semelhanças que dialogam entre si e com a obra de Freire. A pesquisa partiu da seleção de alguns conceitos centrais dos trabalhos do educador e cruzou com as entrevistas, estabelecendo relações entre o campo popular da arquitetura e urbanismo e o campo da educação popular, na perspectiva freiriana.

Partindo dos conceitos de **educação bancária** e **educação libertadora** trabalhados por Freire (2016b), estabeleceu-se um paralelo entre *práticas bancárias* e *práticas libertadoras* no campo da produção do espaço, especificamente na arquitetura e urbanismo. A bancarização coloca moradores na posição de meros objetos, que apenas recebem intervenções habitacionais e urbanas sem participar do debate e das decisões sobre seus próprios espaços habitados. Exemplos dessa urbanização bancária incluem conjuntos habitacionais padronizados, intervenções urbanas impostas, sistemas de infraestruturas feitos para automóveis, verticalização indiscriminada e remoções violentas, que reforçam mecanismos de controle e opressão (Freire, 2016b; Freire; Faundez, 1985). A reprodução de práticas bancárias no campo da produção do espaço busca a manutenção dessa estrutura social, alienando, fechando o espaço de diálogo e tornando-se autoritária.

Em oposição à bancarização, as práticas libertadoras são caracterizadas pelo **diálogo, união e trabalho coletivo, conscientização, politização e participação popular**. Elas reconhecem as potencialidades e pré-existências das realidades espaciais nas quais se desenvolvem como saberes produzidos coletivamente, tensionando essas condições nas propostas de intervenção. Não são apenas precariedades para serem superadas ou ausências para serem preenchidas por formas de intervir padronizadas, prescritas e autoritárias.

Nesse sentido, diálogo e participação crítica são temas recorrentes nos casos relatados, não como algo dado e consolidado, mas pelo trabalho demandado dos profissionais envolvidos nas práticas. Para desenvolver a participação crítica, a relação com a população precisa ser dialógica, com o diálogo sendo condição necessária para a humanização permanente e a ruptura do padrão estabelecido de sujeitos-fazedores da ação e objetos-recebedores da ação (Freire, 2016a, 2016b).

Contudo, assumir o diálogo como método exige que o profissional abandone uma posição de neutralidade e se distancie do caminho da arrogância e autoritarismo respaldado pelo conhecimento científico. Dessa forma, sua prática será construída *com* as pessoas, e não *para* elas (FREIRE, 2016a, 2016b, 2019). E apesar da intencionalidade em desenvolver processos dialógicos, há condicionantes históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos que atravessam a realidade das pessoas, e a participação nesses processos pode representar mais uma camada de sobrecarga cotidiana frente à constante precarização das condições de vida.

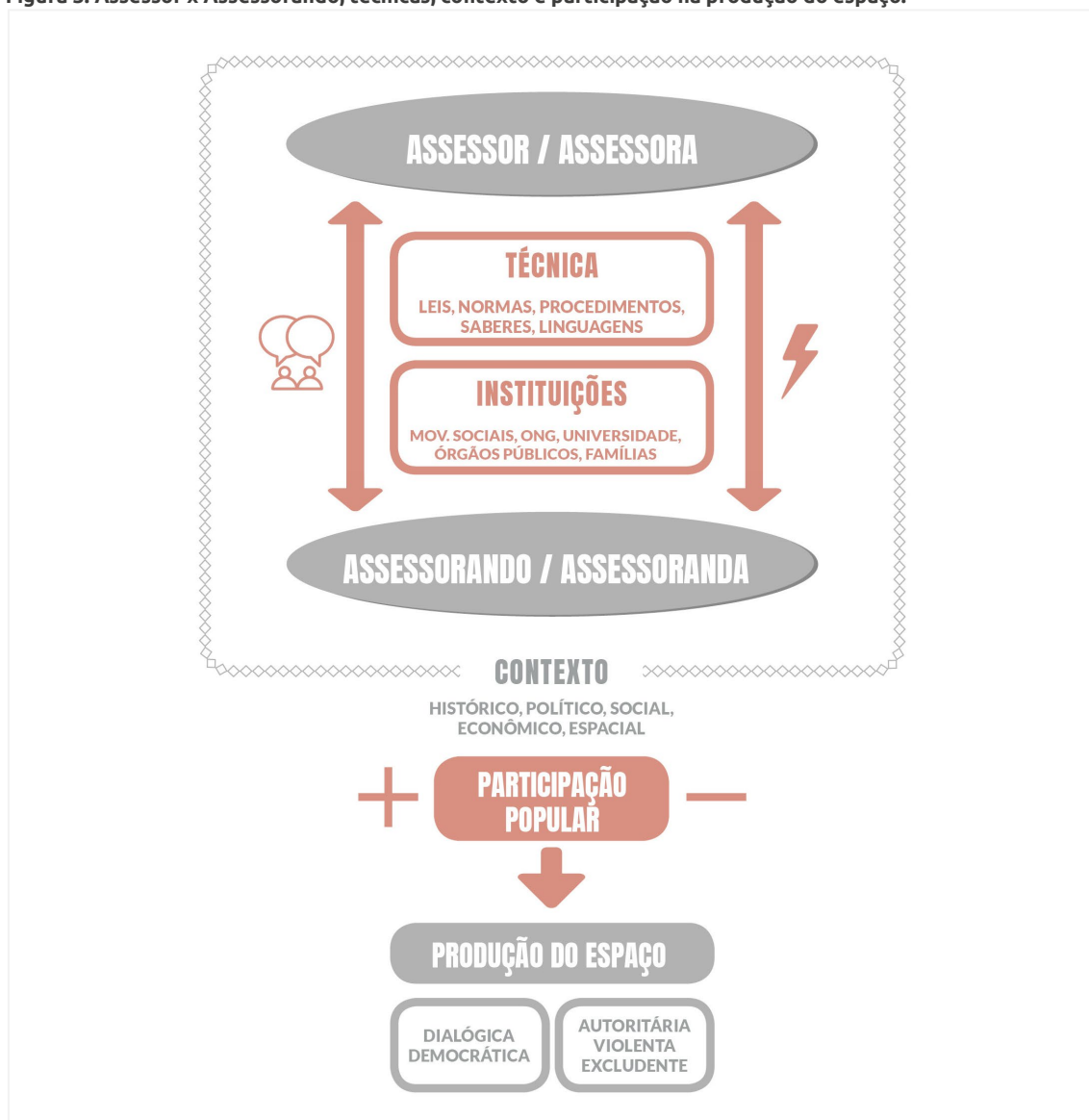
Além disso, o limite da prática dialógica pode estar na disponibilidade dos profissionais. A falta de recursos financeiros, de interesses políticos das gestões, de pessoal qualificado e alinhado politicamente influencia na continuidade de processos críticos, dialógicos e libertadores. Por isso, a disputa pela construção de um campo político popular seria importante para que a viabilidade dessa atuação profissional não fique tão suscetível às mudanças conjunturais, como à troca de gestão municipal, por exemplo.

Reconhecer que os métodos estão em processo leva ao movimento de questionamento e reformulação de ideias que parecem definitivas e acabadas. A partir dessas experiências, cria-se um repertório de técnicas e ferramentas, que não está isolado (Pinto, 2005). Sua construção é mediada pela realidade, pelo tensionamento de saberes técnicos e populares, pelos limites colocados ao diálogo, pelos recursos disponíveis, pelos interesses em disputa. Estar em constante problematização da prática exige do profissional humildade para entender que seu conhecimento pode ser questionado, que é importante, mas não é o único. Exige comprometimento com as pessoas, que estão compartilhando suas casas, sonhos e expectativas. E, também, exige sensibilizar seu olhar e sua técnica, para não impor a sua leitura de mundo a partir de uma realidade distinta e, assim, exercer uma ética não moralizante (Freire, 2016a). Dessas características, compreende-se a dimensão política presente nas práticas libertadoras de produção do espaço, entendendo a práxis freiriana como uma **maneira de ler o mundo**.

MEDIAÇÃO E A POLITIZAÇÃO DA PRÁTICA

Da análise sobre a influência freiriana nas relações de produção do espaço, fez-se uma síntese partindo dos termos *assessor-assessorando* e *assessorando-assessor* (Figura 3), numa comparação com os conceitos freirianos de **educador-educando** e **educando-educador**. Pelas entrevistas, compreende-se o assessor técnico em si como uma possível síntese do que seja o profissional freiriano, independentemente de estar em uma entidade de assessoria técnica nos moldes como se organizaram em São Paulo a partir do programa de mutirões, em um órgão público, uma escola ou em projetos de extensão universitária. E essa síntese se dá pelo pressuposto de que a intervenção (projeto ou obra) será necessariamente dialogada, que a população afetada será informada, consultada e poderá, de fato, intervir nas decisões.

Figura 3: Assessor x Assessorando, técnicas, contexto e participação na produção do espaço.



Fonte: Massimetti, 2022, p. 181.

A relação entre assessor (profissional, técnico) e assessorando (população) é mediada por técnicas (leis, normas, saberes, procedimentos, linguagens) e instituições (movimentos sociais, órgãos públicos, universidades, ONGs e a família). Inserida em um contexto material, histórico, cultural, político, social, econômico e espacial, essa relação determina os níveis de tensão e diálogo no processo de mediação. As condições para participação variam conforme as necessidades da população, políticas públicas e gestão dos recursos. Assim, a produção do espaço pode ser dialógica e participativa ou opressora e excludente, dependendo dessas condições.

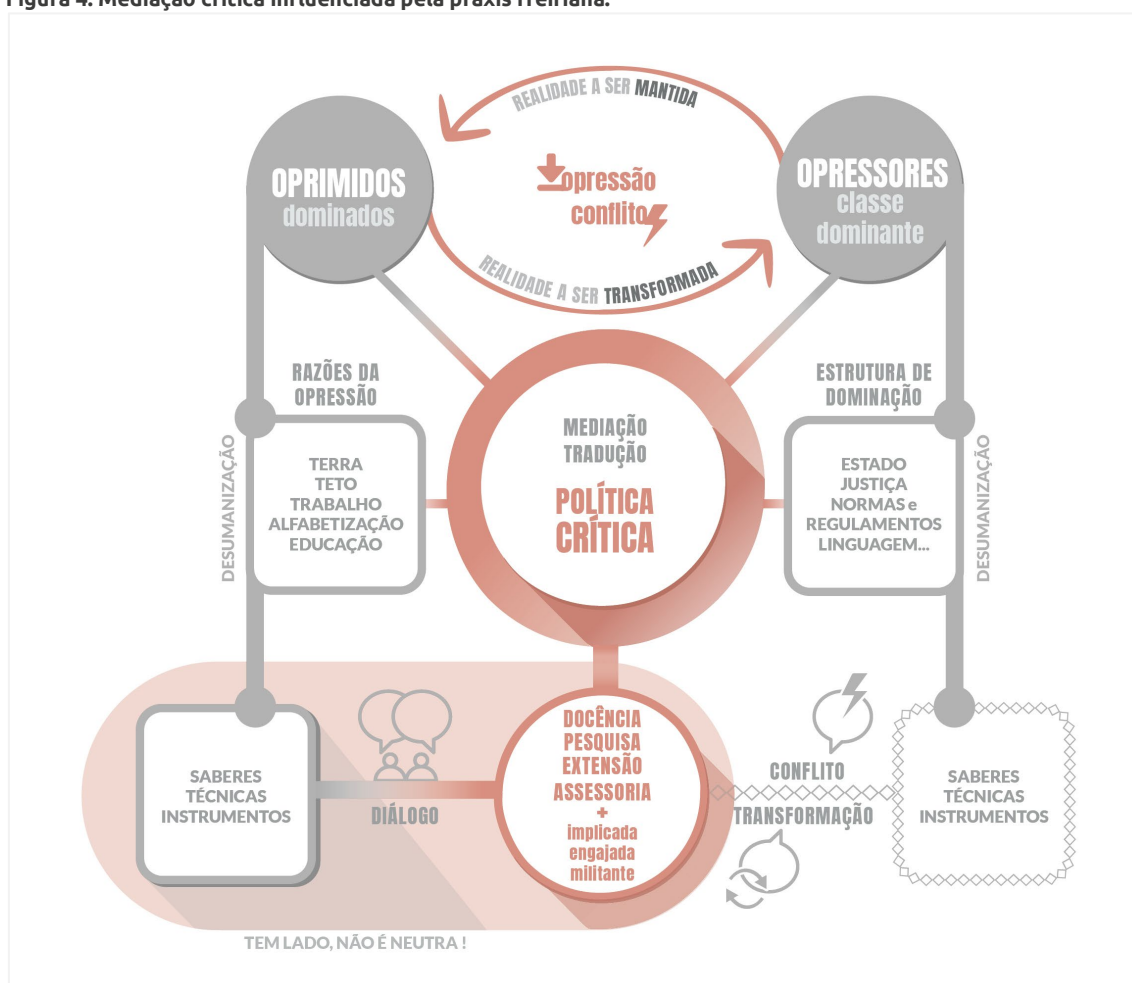
A produção do espaço crítica e dialógica coloca os profissionais freirianos como mediadores, cuja mediação passa pela leitura da realidade com o propósito de transformá-la, superando as relações de opressão entre classe dominante e dominados (Freire, 2016b). Mediar conflitos de forma dialógica exige maior comprometimento dos profissionais com o processo

e a crítica ao próprio processo. Reconhecer o outro como sujeito e compartilhar saberes possibilita a transformação da realidade e a superação de situações de opressão (Freire, 2016a, 2016b; Freire; Faundez, 1985; hooks, 2017).

Considerar a linguagem uma forma de dominação inclui a linguagem escrita, falada e desenhada. O processo de alfabetização coloca o analfabeto dentro de um sistema de signos e significados, mas não compreender o que se escuta cria barreiras de acesso. Para produzir espaços democráticos e inclusivos, o profissional freiriano não pode usar seus saberes e linguagem técnicos para manipular as pessoas e manter relações de controle. Se a linguagem não se alinhar à realidade e à leitura de mundo do outro, não haverá comunicação, apenas a reprodução de um discurso alienado (Freire, 2016b; Freire; Faundez, 1985; hooks, 2017).

A partir desse panorama, construiu-se o esquema abaixo (Figura 4), com o objetivo de sistematizar as relações entre a pedagogia crítica de Freire e sua Teoria da Ação Dialógica e práticas populares no campo da arquitetura e urbanismo, colocando a mediação e a tradução política e crítica no centro do processo.

Figura 4: Mediação crítica influenciada pela práxis freiriana.



Fonte: Massimetti, 2022, p. 189.

Os oprimidos, nos termos de Freire, e os opressores, como classe dominante, estabelecem uma relação de conflitos e opressão, onde a realidade se torna um objeto em disputa. Do lado dos oprimidos, a opressão se manifesta na negação ou precarização do acesso à terra, teto, trabalho e alfabetização, além de outras formas de violência estrutural como machismo, racismo e homofobia. Do lado dos opressores, a estrutura de dominação inclui o Estado, o sistema de justiça, normas técnicas e regulamentos, e a própria linguagem. Freire (2016b) discute a ideia de humanização permanente, apontando que a verdadeira libertação ocorre quando as situações de opressão são superadas, sendo os oprimidos responsáveis por sua libertação e, também, dos opressores. A desumanização, presente na estrutura de dominação, mantém o oprimido como objeto e o opressor numa posição estática, distanciando-o de sua própria humanização.

A superação da opressão ocorre por processos de mediação e tradução críticas e políticas, não pelo consenso entre as partes. Formas de mediação incluem docência, pesquisa, extensão e assessoria técnica, qualificadas pela implicação, engajamento e militância, assumindo o lado dos oprimidos e desvendando a falácia da neutralidade. No processo de mediação e tradução crítica, os saberes, técnicas e instrumentos dos oprimidos são

reconhecidos e valorizados no diálogo. Educadores, arquitetos e urbanistas, formados pelo sistema de opressão, cumprem o papel de sistematizar os saberes e técnicas populares e tensionar e transformar os sistemas de opressão: leis, normas, regulamentos e linguagens. Traçando um paralelo com o método de Freire, a alfabetização das massas incluía a população em um sistema de linguagem pré-determinado, tensionando-o na busca por sua transformação, já que a língua é viva.

Para que haja mediação crítica nos processos de produção do espaço, a politização das práticas é essencial. Profissionais freirianos mostram que a técnica não se dissocia da prática política. Politizar a prática é também politizar e sensibilizar a técnica, tensionando e transformando os sistemas vigentes. Esses profissionais defendem a urbanização de favelas e a manutenção dos moradores no próprio território, contra remoções indiscriminadas; a produção habitacional em autogestão, contra a padronização de moradias; e o planejamento participativo e humanizado, contra a tecnocracia.

Assumir o papel de mediador exige que os profissionais reavaliem seus saberes, técnicas e instrumentos para entender como podem ser usados na disputa política pela construção do campo. Esse processo mostra como ferramentas geralmente usadas para controle podem ser reapropriadas para desenvolver práticas críticas e dialógicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mediação crítica influenciada pela práxis freiriana reúne conceitos e características do trabalho de Freire, que também são identificados nas práticas dos profissionais entrevistados. Conclui-se que, no desenvolvimento de práticas libertadoras, pautadas no diálogo, há a construção coletiva de saberes e técnicas, que trazem a população para o centro do processo e demandam dos profissionais revisitar suas atuações. Isso significa se comprometer com o processo de transformação, permitir se afetar para criar vínculos e confiança, ter humildade para colocar o conhecimento em questionamento, sensibilizar a técnica e politizar a prática. Por isso, compreende-se que a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo aparece na inspiração de métodos, técnicas e instrumentos que viabilizam processos críticos e libertadores de produção do espaço.

Sua influência também se manifesta no caráter político e pedagógico que traz para esse campo de atuação. É preciso reconhecer que, pelo recorte discutido ao longo da pesquisa, o processo de produção do espaço é um processo formativo e o arquiteto, urbanista, planejador, construtor popular também é um educador popular – independentemente de estar em sala de aula ou não. Trata-se de um educador popular que costura sua prática com as questões espaciais, defendendo que a transformação da realidade e a justiça social passem pela relação que se estabelece com o espaço. E nesse processo crítico e político, chegue-se na humanização permanente, seguindo a vocação ontológica pela busca do ser mais, como discutido por Paulo Freire.

REFERÊNCIAS

- CESTARO, Lucas. **A atuação de Lebrete e das SAGMACS no Brasil (1947-1964)**. Ideias, planos e contribuições. Tese (doutorado) – IAUUSP. São Carlos, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.
- DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio. **Primeiras palavras em Paulo Freire**. São Paulo: Editora Ação Cultura, 2016.
- FERREIRA, Francisco Whitaker. **Entrevista concedida à autora**. São Paulo, 16 nov. 2021.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2016a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016b.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**: o manuscrito. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire; Uninove; Big Time Editora, 2018.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.
- HADDAD, Sérgio. **O educador**: um perfil de Paulo Freire. São Paulo: Todavia, 2019.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- MARICATO, Ermínia. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121–192.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- MARICATO, Ermínia; CALAZANS, José; FINGERMAN, Luís. “Depoimentos - Formação e prática profissional do arquiteto: três experiências em participação comunitária”. **Espaço e Debates**. V. 3, n. 8, p. 79–95, jan./abr. 1983.
- MASSIMETTI, Flávia. **Diálogo e política**: a influência de Paulo Freire no campo popular da arquitetura e urbanismo. Dissertação (mestrado) – FAUUSP. São Paulo, 2022.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **RBEUR**. V. 18, n. 3, set./dez. 2016, p. 363–377
- PINTO, Álvaro. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SANTO AMORE, Caio. **Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade.** Tese (doutorado) – FAUUSP. São Paulo, 2013.

SANTO AMORE, Caio. **Lupa e telescópio - o mutirão em foco:** São Paulo, anos 90 e atualidades. Dissertação (mestrado) – FAUUSP. São Paulo, 2004.

STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TORRES, Nilton. **Entrevista concedida à autora.** São Paulo, 04 jul. 2017.

¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em maio de 2022.

² Nilton Ricoy Torres é doutor em Arquitetura pela *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha, e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. Trabalhou na Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992).